

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.770.050 - RR (2020/0258372-3)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR : MARCELO TADANO E OUTRO(S) - RR000264P
AGRAVADO : QUINTINO REZENDE GOMES
ADVOGADOS : GUILHERME AVELAR GUIMARÃES - RJ102128
MARCELA BARBOSA PERROTTA CAVALCANTI -
RJ169743

DECISÃO

Cuida-se de agravo apresentado por ESTADO DE RORAIMA contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, assim resumido:

APELAÇÃO CÍVEL EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO SEM A NOTIFICAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DO SÓCIO INCLUSÃO INDEVIDA NA CERTIDÃO DA DÍVIDA ATIVA E NO POLO PASSIVO DA EXECUÇÃO FISCAL OFENSA AO PRINCÍPIO DO DEVIDO PROCESSO LEGAL DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA ILEGITIMIDADE PASSIVA RECONHECIDA SENTENÇA MANTIDA RECURSO CONHECIDO MAS DESPROVIDO.

Quanto à controvérsia trazida aos autos, alega violação do art. 85, § 8º, do CPC, no que concerne à necessidade de observação do critério da equidade quando da majoração dos honorários advocatícios recursais, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Conforme de vê do processo de origem (embargos à execução fiscal nº 0813364-33.2018.823.0010), o valor atribuído a causa fora de R\$ 1.821.216,23 (um milhão, oitocentos e vinte e um mil, duzentos e dezesseis reais e vinte e três centavos.- E.P 19.1).

A decisão de piso julgara procedente os embargos, condenando o Estado recorrente em 8% sobre o valor atualizado da causa, na forma do art.85, §3º, II, e §4º, III, CPC (E.P 19.1).

A decisão ora objurgada negara provimento ao recurso estatal (E.P 20), majorando a verba honorária advocatícia em 2%, o que resultaria, num cálculo simples, ainda sem correção monetária, em valores de honorários advocatícios na ordem de mais de R\$ 180.000, 00 (cento e oitenta mil reais) !!! , revelando a toda prova, a exorbitância do quantum fixado, dado o caso telado.

De ver-se perfeitamente cabível a aplicação do critério de equidade previsto no art.85, §8, CPC, nas causas de valor "inestimável", incluído em seu conceito aquilo que possa ser quantificado, alcançando, todavia, valor muito acima do normal, da média, excessivo em última análise, mormente em sede da Fazenda Pública. Nesse sentido, a doutrina de Lenio Luiz Streck, Dierle Nunes e Leonardo Carneiro ¹ para quem: "se o magistrado ver ficar que da aplicação da regra geral ensinaria a aplicação de valores excessivos ou aviltantes, ele poderia, antes de fazer a aplicação equitativa pura, aplicar os critérios relativos à Fazenda Pública como intermediário entre a regra geral e a apreciação equitativa, especialmente nos casos de honorários excessivos"

In casu, ressoa nítida que a fixação da verba honorária advocatícia assentada no acórdão vergastado mostrara-se excessivamente exorbitante, podendo e devendo esse Tribunal da Cidadania conformá-la a limites que obedeçam aos critérios de razoabilidade e equidade, na forma do §8, do art.85, CPC (fls. 43/44).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Quanto à controvérsia, na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que o(s) artigo(s) apontado(s) como violado(s) não tem/têm comando normativo suficiente para amparar a tese recursal, o que atrai, por conseguinte, o citado enunciado: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia".

Nesse sentido: "É deficiente a fundamentação do recurso especial quando há incompatibilidade entre a tese sustentada e o comando normativo contido no dispositivo legal apontado como descumprido. Incidência da Súmula nº 284 do STF". (AgInt no REsp n. 1.846.655/PR, Terceira Turma, relator Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, DJe de 23/4/2020.)

Confirmam-se também os seguintes julgados: REsp n. 1.798.903/RJ, relator para o acórdão Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Terceira Seção, DJe de 30/10/2019; AgInt no REsp n. 1.844.441/RN, relatora Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe de 14/8/2020; AgInt no AREsp n. 1.524.220/SP, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 18/5/2020; AgRg no AREsp n. 1.280.513/RJ, relator Ministro Sebastião Reis Júnior, Sexta Turma, DJe de 27/5/2019; AgRg no REsp n. 1.754.394/MT, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 17/9/2018; AgInt no REsp n. 1.503.675/SP, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 27/3/2018.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do

recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente